

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 08.04.2021

Aperfeiçoar o fluxograma da Air Macau nos destinos do Interior da China, para acelerar a adesão ao circuito interno

Com a Covid-19, o número de passageiros no aeroporto internacional de Macau diminuiu de 9 milhões e 600 mil, em 2019, para 1 milhão e 170 mil, em 2020. A situação de pandemia está a melhorar no Interior da China e retomaram-se as actividades económicas. Assim, o número de passageiros nos dez maiores aeroportos já representa 60 por cento do número de 2019, enquanto em Macau esse nível é de apenas 10 por cento.

Sob o princípio “Um País, Dois Sistemas”, os voos de Macau só podem aterrar em aeroportos internacionais do Interior da China, com terminais para voos internacionais e voos para Hong Kong, Macau e Taiwan. Com o impacto da pandemia e as restrições fronteiriças, os voos internacionais diminuíram consideravelmente, e muitos aeroportos do Interior da China suspenderam os serviços nos terminais de voos internacionais. Em resultado, os voos entre Macau e o Interior da China suspenderam-se e só voltaram a funcionar no início deste ano.

A fim de a aviação civil de Macau aderir ao circuito interno da economia nacional, proponho o seguinte:

1. Quanto às medidas de curto prazo, proponho que o Governo estude o uso directo pelos voos de Macau dos terminais domésticos do Interior da China, no pressuposto de cumprir as condições de segurança, e estude também com os ministérios chineses a possibilidade de considerar os voos de Macau para o Interior da China como domésticos e a respectiva regulamentação. A delimitação nos terminais domésticos numa zona destinada aos voos de Macau, para se proceder a exames e a testes, pode poupar os custos de funcionamento dos terminais internacionais chineses, e dar facilidades a Macau, que está sempre a acompanhar o passo do país nos trabalhos de prevenção da epidemia. A uniformização dos procedimentos entre os voos Interior da China-Macau e os voos domésticos chineses permite ao sector de aviação civil de Macau participar na “circulação interna” do país, ajudando a uma rápida recuperação económica de Macau após a epidemia.

2. Em termos de política a longo prazo, proponho a realização de um estudo sobre o modelo de “desalfandegamento antecipado” no Aeroporto Internacional de Macau, a fim de melhorar os procedimentos de desalfandegamento na partida de Macau para o Interior da China. Tomando como referência o acordo entre os Governos dos Estados Unidos da América e do Canadá sobre “desalfandegamento antecipado”, o país de destino envia os seus agentes de controlo fronteiriço e aduaneiro ao país de partida para criar uma zona de desalfandegamento antecipado no porto de entrada acordado e efectuar uma inspecção antecipada dos passageiros e da bagagem, de modo a facilitar a entrada de passageiros no país de destino. Proponho ao Governo que estude a viabilidade de implementar o modelo mencionado no Aeroporto Internacional de Macau, através do qual os agentes de controlo fronteiriço e aduaneiro do Interior da China, com apenas poder de aplicação das leis

administrativas e civis, mas não da lei penal, possam avançar com os procedimentos de entrada de passageiros que viajam para o Interior da China através de Macau, de modo a facilitar a passagem alfandegária.

Através da melhoria gradual da recepção diferenciada entre os voos de ida e volta de Macau e do Interior da China e as rotas internacionais, isto contribuirá para, por um lado, melhorar a experiência de desalfandegamento das pessoas que viajam entre Macau e a China e dos visitantes internacionais que entram no Interior da China através de Macau, e, por outro lado, pode também demonstrar à comunidade internacional as características especiais da RAEM como região localizada “fora da China”, destacando ainda mais a implementação bem-sucedida e a vitalidade inovadora do princípio “um país, dois sistemas”, assinalado pelas características de Macau.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 08.04.2021

Empenhar-se na protecção do ambiente ecológico e na promoção do turismo de baixo carbono

Macau faz parte da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, é uma cidade internacional que tem um bom ambiente natural, goza de uma bela reputação – cidade ecológica no sul da China e na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, e é uma pérola ecológica brilhante “instalada” nessa mesma Baía.

O turismo é a indústria principal e o seu desenvolvimento saudável é muito importante para Macau. No 14.º Plano Quinquenal Nacional define-se claramente a necessidade de apoiar Macau, enquanto centro mundial de turismo e lazer, a enriquecer o seu “teor”. Segundo o Relatório das Linhas de Acção Governativa (LAG) para 2021, o Governo vai, no âmbito do aceleração da revitalização da economia, desenvolver o sector do turismo como indústria pilar, e promover a construção do centro mundial de turismo e lazer; consolidar a posição de Macau como cidade turística quer regional quer internacional; reforçar, no âmbito da promoção da construção de uma cidade inteligente e habitável, as acções de protecção ambiental e de redução de resíduos; elevar a eficiência da gestão e utilização dos recursos de solos, em articulação com o desenvolvimento da economia comunitária; aumentar mais espaços de lazer para os cidadãos; e embelezar o ambiente urbano, de modo a proporcionar aos cidadãos um ambiente pedonal seguro, confortável e ecológico. Mais, no projecto do “Plano Director da RAEM (2020-2040)”, também se propõe a protecção ambiental e a definição de planos para a criação de espaços verdes e ecológicos. Assim, em articulação com o Planeamento da Protecção Ambiental, o Governo vai continuar a promover o desenvolvimento urbano sustentável e ecológico de baixo carbono, e a melhorar a qualidade do ambiente urbano integrado, ecológico, habitável e adequado ao turismo. Podemos verificar que a melhoria da qualidade do turismo é inseparável quer da importância dada à protecção ambiental quer do impulsionamento do desenvolvimento sustentável da economia.

Seguindo as instruções do Presidente Xi Jinping, o bom ambiente é a garantia do desenvolvimento, a província de Guangdong também está a promover o plano de acção de três anos para a criação da floresta na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, para criar rapidamente o sistema das áreas naturais protegidas do Delta do Rio das Pérolas. Este é o plano estratégico do ecossistema da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, sendo também o requisito do país para as regiões de exemplo na construção do ecossistema florestal na China. Macau possui uma área terrestre apenas de 30 e tal quilómetros quadrados, mas o desenvolvimento do ecossistema da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau vai promover ainda mais o ecossistema de Macau.

Proponho que o Governo aproveite o desenvolvimento do ecossistema da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e o arranque do plano director de Macau, para reforçar a protecção do meio ecológico e promover o turismo com baixo carbono:

1. Em termos de protecção ecológica, há que melhorar várias infra-estruturas urbanas,

incluindo aumentar os padrões verdes respeitantes ao tratamento das águas residuais, abastecimento de energia e tratamento de lixo. A par disso, há que plantar, tanto nas zonas urbanas antigas como nas novas, uma vasta gama de árvores e flores de qualidade que se adequem ao clima de Macau, com vista a embelezar as zonas urbanas, para que a cobertura verde não se concentre apenas na zona de Coloane. Só assim, Macau pode competir neste aspecto com as diversas cidades da Grande Baía.

2. Em termos do desenvolvimento do turismo de baixo teor de carbono, há que reduzir, tanto quanto possível, a utilização de combustíveis fósseis com elevado teor de carbono e reduzir as emissões de gases de efeito de estufa através de vários meios, como a inovação tecnológica e institucional, a transformação industrial e o desenvolvimento de novas fontes de energia. Há que aderir ao conceito de desenvolvimento com baixo teor de carbono e reduzir os encargos para o ambiente do funcionamento de todo o sistema socioeconómico. São necessárias estratégias ambientais e planos de acção para a construção de comunidades e zonas turísticas de baixo teor de carbono e, nas áreas da produção e consumo, estratégias ambientais e planos de acção para a construção de sistemas de produção e consumo de baixo teor de carbono.

Em suma, há que haver uma articulação com o posicionamento do desenvolvimento regional de Macau como “centro mundial de turismo e lazer”, e promover a construção de uma cidade e região de baixo teor de carbono, de modo a alcançar a “vitória em 3 vertentes”, a saber: o desenvolvimento económico e social e a protecção ecológica.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 08.04.2021

Balanço dos resultados da promoção turística e da promoção da recuperação económica

Recentemente, o Secretário para a Economia e Finanças, Lei Wai Nong, numa entrevista à imprensa, falou sobre a situação do Governo da RAEM, aproveitando as oportunidades de desenvolvimento da Grande Baía para resolver as dificuldades inerentes ao “monolitismo do sector predominante” e promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia. Hoje, também gostaria de manifestar o meu ponto de vista sobre os esforços recentes do Governo para impulsionar a recuperação económica.

No ano passado, devido ao impacto causado pelo surto do novo coronavírus, a economia e a vida da população de Macau foram bastante afectadas. O Produto Interno Bruto (PIB) diminuiu substancialmente 56% ao longo do ano.

O Governo lançou várias campanhas de promoção para melhorar a economia, sendo uma das mais importantes a “Vamos! Macau! Excursões Locais”, iniciada em meados do ano passado. De acordo com os dados estatísticos, até finais do ano passado foram descarregados 240 mil cupões e participaram mais de 670 empresas, criando cerca de mil oportunidades de emprego para os operadores turísticos. O mais importante é que o mercado de turistas, que estava muito parado, aplicou mais de 100 mil cupões de hotéis durante esta campanha, enquanto muitos visitantes do Interior da China aproveitavam a oportunidade para fazer o *download* dos “cupões” na Internet. Os benefícios económicos desta actividade, que incluem apenas as excursões e as despesas extraordinárias, atingiram 57 milhões de patacas, e o valor de consumo resultante dos vales de consumo atingiu 315 milhões de renmimbis. Os eventos a seguir, tais como o “Carnaval para Desfrutar Macau”, o “Festival de Luz” e o “Grande Prémio”, produziram, em certa medida, o efeito de atrair os turistas a visitarem Macau.

O que merece o nosso elogio é que as acções de promoção da revitalização da Rua de Cinco de Outubro não só criaram novos pontos turísticos, como o Complexo das casas de arco-íris, mas também remodelaram os pontos turísticos tradicionais, como a Travessa da Paixão, fazendo uma ligação entre as Ruínas de S. Paulo, a Calçada do Amparo, a Rua dos Ervanários e a Rua de Cinco de Outubro, passando de um ponto turístico diurno para um mercado nocturno, transformando-se assim num bairro comunitário com características próprias e criando uma economia comunitária que permite aos residentes divertirem-se e ao mesmo tempo atrair os turistas a consumir. Os dirigentes da área da economia têm promovido e divulgado junto dos internautas, através de plataformas da internet, que Macau é uma cidade pequena, mas bonita e saudável. O Governo e a população têm envidado todos os esforços para constituir uma base para a revitalização de Macau.

O sector do turismo está a recuperar gradualmente e a vacinação contra a Covid-19 está a popularizar-se em todo o mundo. Pode-se prever que Macau se depara com um bom momento para promover a recuperação económica. Neste momento crítico, proponho o seguinte:

1. Espero que o Governo da RAEM aproveite esta oportunidade para, em conjunto com o sector turístico e os comerciantes, fazer um balanço das experiências e insuficiências destas actividades, com vista a criar uma base sólida para a próxima fase de promoção da recuperação económica.

2. A estrutura unitária das indústrias tem sido um problema para o desenvolvimento económico de Macau, mas os esforços envidados durante este período trouxeram-nos novas ideias: basta persistir na criatividade e inovação para que as insuficiências se transformem em vantagens. Além das festividades e eventos, as diferentes zonas da cidade têm também as suas próprias características e existem ainda muitas condições que podem ser aproveitadas, de modo a que o turismo de lazer se desenvolva. Os serviços competentes devem proceder a mais estudos para revitalizar gradualmente as zonas habitacionais com condições.

3. O lançamento do 14.º Plano Quinquenal Nacional vai, com certeza, trazer mais oportunidades para a integração económica entre Macau e o Interior da China. Conjugando as suas próprias experiências, Macau pode alargar o caminho da diversificação adequada da economia e procurar um maior espaço de desenvolvimento inovador.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 08.04.2021

Desenvolvimento ordenado dos trabalhos legislativos relativos aos voluntários

Os serviços de voluntariado são um *ex-líbris* importante do progresso da civilização moderna. Nos últimos anos, o desenvolvimento destes serviços em Macau tem sido rápido, pois a respectiva equipa tem aumentado, as actividades são mais diversificadas e as áreas abrangidas têm sido alargadas, o que promove o espírito subjacente aos serviços de voluntariado, isto é, “dedicação, amizade, ajuda mútua e progresso”. Surgiram muitos voluntários distintos e histórias comoventes. Mas verificaram-se também problemas que devem ser resolvidos com premência, como a incoerência dos regimes de gestão, a falta de regulamentação dos serviços e actividades, a insuficiência dos mecanismos de incentivo e garantia, etc.

Actualmente, os serviços de voluntariado tendem a ser desenvolvidos através dos meios legislativos. Veja-se o exemplo do Interior da China, que promulgou a Metodologia de Gestão de Voluntários Inscritos da China e a Normaçoão relativa aos serviços de voluntariado, em 2006 e 2017, respectivamente, com vista a promover um desenvolvimento destes serviços por via normativa e legislativa.

De facto, os trabalhos legislativos são a base e o pressuposto importantes para promover a criação dum regime dos serviços de voluntariado. Eu e alguns colegas desta Assembleia apresentámos, em conjunto, uma interpelação oral sobre os trabalhos legislativos relativos aos voluntários. Mas o Governo ainda não tem um plano para isto, nem ponderou criar um regime de inscrição de voluntários, pois, segundo o mesmo, como a faixa etária e o perfil dos voluntários são muito abrangentes, se forem definidos requisitos ou condições imperativas, fora da estrutura de protecção civil, os residentes terão menos vontade de participar.

Quanto a isto, tenho um ponto de vista diferente. “Legislar” pode, primeiro, clarificar as questões jurídicas fundamentais relativas aos serviços de voluntariado, por exemplo, o conceito jurídico de voluntário, de organizações de voluntariado e de voluntariado, esclarecendo as questões básicas controversas sobre as acções de voluntariado e a sua natureza, mas que estão relacionadas com o desenvolvimento desses serviços; segundo, regulamentar uma série de assuntos, tais como, o recrutamento, a formação, o uso, o incentivo, o conteúdo dos serviços, os seus destinatários e a garantia dos respectivos serviços; terceiro, clarificar os direitos, responsabilidades e deveres dos voluntários, das organizações daqueles serviços e das de gestão do voluntariado, e incluir os direitos e interesses dos voluntários, dessas organizações e dos destinatários do voluntariado, no âmbito das garantias do Estado de Direito, em prol da defesa dos direitos e interesses legítimos das partes; e, por último, clarificar o sistema e os mecanismos de gestão desses serviços, resolvendo os problemas de gestão das acções de voluntariado, como a liderança, o planeamento, a coordenação, as garantias e os incentivos.

O voluntariado é, essencialmente, uma parte integrante da governança do Estado e da

sociedade. Espero que o Governo tome como referência as experiências bem-sucedidas de outros países e regiões, e explore a criação de um regime jurídico de voluntariado adequado à realidade de Macau, promovendo a normalização e institucionalização dos serviços de voluntariado, e tornando esses serviços em força motriz importante para a construção de uma sociedade harmoniosa e inclusiva.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 08.04.2021

Nos últimos anos, o crescimento global dos veículos eléctricos tem sido rápido e o número de pessoas que utilizam esses veículos em Macau também aumentou. Segundo os dados estatísticos, em 31 de Outubro de 2020, existiam em Macau 1218 veículos eléctricos. Devido ao preço acessível desses veículos e à isenção do imposto sobre veículos motorizados e do imposto de circulação, o número de novas matrículas de veículos eléctricos duplicou nos últimos anos, mas a falta de instalações complementares e de um plano de desenvolvimento concreto impede o desenvolvimento dos veículos eléctricos em Macau.

Recentemente, apresentei uma interpelação escrita ao Governo, na qual solicitei que este adopte mais medidas para apoiar o desenvolvimento dos veículos eléctricos. Segundo a resposta dos Serviços de Protecção Ambiental, há, neste momento, 200 pontos de carregamento público que já conseguem satisfazer as respectivas necessidades e, por enquanto, não existe nenhum plano para o aumento desses pontos, nem se planeia lançar um plano de subsídio para veículos eléctricos. Isto demonstra que o Governo não dispõe de políticas nem de objectivos a longo prazo para o desenvolvimento dos veículos eléctricos em Macau.

No mês passado, o Governo de Hong Kong divulgou o plano para a generalização dos carros eléctricos, com o objectivo de alcançar zero emissões nos carros até 2050, melhorando a qualidade do ar, e, até 2035, deixar de matricular carros a gasolina e carros híbridos. Além disso, os automóveis médios e pequenos a comprar pelo Governo têm de ser eléctricos, e o Governo vai exortar e promover que os organismos públicos sigam essa medida, para a generalização dos carros eléctricos. Mais, Hong Kong vai investir 2 mil milhões num projecto experimental, para financiar a instalação de equipamentos de carregamento nos parques de estacionamento dos edifícios privados. Prevê-se que até 2025, nos edifícios privados, haverá 150 mil lugares de estacionamento e, nos parques públicos, 5000 lugares com esses equipamentos. Macau deve aprender com esse plano.

O desenvolvimento dos carros eléctricos prende-se com a política energética e ambiental. Com a integração do Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Energético na Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental, deve ser reforçada a promoção desses automóveis, para reduzir as emissões de CO₂. Há que aperfeiçoar as instalações complementares e definir um plano de generalização. Além da instalação de equipamentos de carregamento nos espaços públicos adequados, é preciso simplificar as formalidades para a instalação de equipamentos nos parques privados, e prestar apoio financeiro e técnico. Isto para a população avistar o futuro dos carros eléctricos e promover a sua generalização.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 08.04.2021

Optimizar as garantias dos idosos e o levantamento dos requisitos para atribuição de subsídios

Ao longo dos anos, o Governo tem vindo a concretizar nas Linhas de Acção Governativa a estratégia “tratamento eficaz onde se privilegia a prevenção”, segundo a qual os idosos com idade igual ou superior a 65 anos são incluídos na rede de cuidados de saúde gratuitos, e criou vários serviços médicos para os idosos, por exemplo: serviços especializados em geriatria, tratamento médico para idosos, consulta de saúde oral, entre outras. Essas medidas em determinado nível contribuíram para melhorar a qualidade de vida dos idosos.

No entanto, no âmbito da promoção dos cuidados dentários, as políticas do Governo para os idosos merecem uma melhor optimização. Convém frisar que, em 2013, a nossa equipa manifestou o desejo de que o Governo da RAEM pudesse atender à situação real dos idosos, no sentido de criar vales de saúde específicos ou subsídios para a colocação de próteses dentárias ou para restauração dentária, aliviando desse modo os encargos económicos dos idosos. Após vários anos de luta, o Governo lançou em 2019 o “Programa Piloto de Prótese Dentária para Idosos”, mas só os idosos com idade igual ou superior a 80 anos podem beneficiar do programa, portanto, não são muitos os beneficiários. Em 2019, apenas 94 pessoas preencheram os requisitos, tendo instalado com sucesso a prótese dentária. No ano passado, o Governo reduziu a idade exigida de 80 para 75, no entanto, muitos idosos ainda esperam que o Governo reduza mais a idade exigida, para que mais pessoas possam sair beneficiadas com o referido programa.

Diz-se que as dores dos dentes são piores do que uma doença grave e são sempre um alerta. Se não forem tratadas de forma atempada e adequada, é possível ter de tirar os dentes quando a situação é grave. Mas há apenas os serviços gratuitos de cuidados básicos de saúde oral em Macau, por exemplo, a obturação, a limpeza, o fechamento de sulco, a consulta de tratamento e a extracção simples. Quando é necessário, é possível reencaminhar para tratamento no Hospital Conde de São Januário. Comparando com as políticas adoptadas no Japão, na Coreia do Sul e em Hong Kong, que são, respectivamente, a “política de vinte dentes para os idosos com 80 anos”, o “subsídio do implante de dois dentes para os idosos com a idade superior a 70 anos”, e o “fundo de cuidado comunitário com o subsídio de 100 milhões de Hong Kong dólares”, os serviços dentários em Macau são mais atrasados, por isso, espero que o Governo possa promover mais cuidados dentários, de acordo com a situação real dos idosos.

Quanto aos serviços de cuidados dentários, consideramos que, primeiro, o Governo pode permitir os idosos a partir dos 65 anos que beneficiem do “Programa piloto de prótese dentária para idosos”, para providenciar os cuidados do Governo para idosos. Segundo, o Governo já prestou os serviços de tratamento básico para idosos, mas muitos residentes referiram que o tempo de espera é demasiado longo, e aguardavam que o Governo tomasse como referências as medidas tomadas pelas regiões adjacentes, lançando vales de saúde ou subsídios, promovendo o programa de “20 dentes no mínimo para

idosos”.

Além disso, para concretizar o princípio político da “prestação de cuidados pela família e manutenção dos idosos no domicílio, promoção da participação social e do envelhecimento activo”, o Governo tem vindo a seguir, nos últimos anos, o Plano de Acção para o Desenvolvimento dos Serviços de Apoio a Idosos nos Próximos Dez Anos (2016-2025), a par da optimização incessante dos serviços prestados a idosos. Até ao momento, 345 medidas a curto e médio prazo foram concluídas em 2020 e dentro do prazo previsto, para que as necessidades físicas, a segurança física e psicológica, a pertença social, a dignidade pessoal e a realização pessoal dos idosos possam ser protegidas, e a eficácia destas medidas tem sido reconhecida por muitos idosos.

Com o aumento crescente de idosos em Macau, é necessário ponderar mais sobre a vida depois da aposentação desses idosos, que deram muitos contributos para o desenvolvimento de Macau. Actualmente, existem diferentes situações de idosos em Macau, o que merece a atenção social, nomeadamente: os que vivem sozinhos em edifícios antigos; as pensões para os idosos, que não conseguem acompanhar a inflação; é difícil concretizar a aposentação transfronteiriça; é difícil promover o desenvolvimento da indústria da terceira idade, etc. Espero que, com a implementação futura do Plano de Acção, o Governo possa optimizar o programa tendo em conta a realidade.

IAOD da Deputada Chan Hong em 08.04.2021

Promover a utilização saudável da *Internet* pelos jovens estudantes

A par da generalização da *Internet*, fixa e móvel, que se tornou em símbolo importante no desenvolvimento da sociedade moderna, algumas pessoas têm problemas de dependência e vício da *Internet*, especialmente aquelas com fraca autogestão, que são mais susceptíveis a efeitos adversos.

Em 2019, uma associação publicou a “Pesquisa sobre o vício da *Internet* dos jovens de Macau”, em que mais de 80% dos jovens acedem à *Internet* através de telemóvel e 26% dos quais gastam 2 a 3 horas por dia, na sua maioria, em jogos *online*.

Os jovens menores de Macau estão viciados no mundo da *Internet*, o que merece a atenção da sociedade. É vulgar ver as pessoas agarradas ao telemóvel, que, junto com a *Internet*, formam, hoje em dia, um instrumento indispensável. Muitos estudantes jovens têm de usar a *Internet* para aprenderem, fazerem trabalhos de casa, divertirem-se e manterem relações sociais. É uma característica desta época, mas, as informações nela disponíveis podem ser tanto úteis como perigosas, encontram-se cheias de armadilhas, e os menores estão por vezes mal orientados, incluindo pela transmissão de valores errados. Para que os jovens estudantes aproveitem bem a *Internet* e não estejam viciados, é necessário que toda a sociedade e todos os responsáveis pela educação estudem e procurem soluções.

Assim, sugiro o seguinte:

1. Intensificar os estudos sobre a dependência da *Internet* sobre as crianças e jovens, definir os respectivos planos preventivos e pedagógicos, promover junto das escolas a elevação do nível da educação de rede saudável, orientar os alunos para terem um acesso à rede racional e civilizado, incutir a consciência preventiva sobre a segurança da rede e fomentar o desenvolvimento saudável, físico e psíquico, dos alunos;
2. Encararem com frontalidade os hábitos de acesso à rede e o estado psicológico das crianças e jovens, prestando atenção, os serviços de saúde e de educação, bem como as escolas, para efeitos de um melhor rastreio, acompanhamento, assistência e tratamento dos dependentes;
3. Incutir nas crianças e jovens a formação de hábitos saudáveis de acesso à rede, sem recurso a formas de dura educação, de martelagem e de ordem, devendo as entidades educativas promover um diálogo, em tempo e local oportunos, com as crianças e jovens, para os guiar e orientar, bem como acções de divulgação junto dos encarregados de educação para que dominem correctamente as respectivas formas pedagógicas; e
4. Deixarem os encarregados de educação de utilizar telemóveis e *iPads* como “chupetas” para as crianças, reforçando, sim, entre eles a comunicação, educando-as e orientando-as a repartir o tempo para o acesso à rede e para as actividades, reduzindo assim a dependência em demasia de telemóveis e da *Internet*.

IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 08.04.2021

Controlar o preço dos produtos e estabilizar o preço dos combustíveis

Com o lançamento do cartão de consumo no ano passado, algumas lojas baixaram ou concederam benefícios para atrair o consumo do público. Mas, segundo alguns residentes, outras aumentaram, sem mais nem menos, os preços ou cobraram até um preço superior ao afixado, em detrimento dos consumidores. O “Plano de garantia do emprego, estabilização da economia e asseguramento da qualidade de vida da população – 2021”, anunciado recentemente pelo Governo, não passa de uma solução melhorada do plano electrónico de benefício de consumo. Segundo o regimento da Assembleia Legislativa, estando agendadas para o plenário de hoje várias propostas sobre isto, não vou aqui falar deste assunto, mas, sim, de um outro que se relaciona com o custo de vida, a que o público dispensa grande atenção.

Sobre isto receiam alguns residentes que esse novo plano possa vir a gerar o aumento do preço dos produtos, esperando, portanto, que o Governo adopte medidas para evitar que os actos lesivos dos interesses dos residentes, que surgiram no passado, venham a repetir-se. Assim, deve o Governo reforçar a fiscalização e actualizar atempadamente as informações sobre os preços; exigir aos participantes o dever de estabilizar os preços e definir um mecanismo sancionatório a aplicar aos não cumpridores; retirar da lista dos participantes os que aumentem contra as regras o preço ou os que não façam as devidas emendas quando avisados.

Por outro lado, nos últimos seis meses, os preços dos combustíveis têm vindo a sofrer constantes actualizações, mas registaram apenas subidas, o que levanta dúvidas quanto à necessidade de regular melhor o mecanismo de fiscalização dos respectivos preços. Mais, alguns cidadãos estão insatisfeitos com o preço do gás butano em Macau e esperam que o Governo reforce a fiscalização. Os preços dos combustíveis e do gás butano estão directamente relacionados com o desenvolvimento económico e a vida da população, por isso o Governo tem de dar maior importância a esta questão. Segundo as opiniões do sector dos transportes, as despesas com os combustíveis representam uma grande parte dos seus custos de exploração, e, sempre que o preço sobe, o sector sofre grande pressão, afectando directamente os seus rendimentos. O sector dos transportes tem sido afectado por causa da epidemia, por isso espera que o Governo reforce a fiscalização dos fornecedores de combustíveis, a fim de evitar que os cidadãos tenham de sofrer com os elevados preços do combustível.

“Aumento rápido e redução lenta” e o “número dos aumentos é maior do que o número das reduções dos preços dos combustíveis” são problemas permanentes e têm sido alvo de críticas da sociedade. Desde Março do ano passado, o Governo intervém no mercado de combustíveis e o preço médio sofreu um total de 40 oscilações, isto é, 25 subidas e 15 descidas. Por outro lado, desde meados do mês passado até hoje, o preço internacional do petróleo tem vindo a descer consecutivamente e, ao mesmo tempo, o preço dos

combustíveis de Hong Kong desceu também, no entanto, nos últimos seis meses, o preço em Macau mantém-se alto e inalterado, o que demonstra que o problema do “aumento rápido e redução lenta” e o “número dos aumentos é maior do que o número das reduções dos preços dos combustíveis” ainda se mantém.

Perante a pandemia, o desenvolvimento económico é fraco, a situação de desemprego é grave, o rendimento da população em geral diminui, muitas pessoas vivem com dificuldades, a capacidade de consumo diminui e a confiança no consumo é afectada. Neste momento, em que a pandemia persiste e a economia ainda está a aguardar recuperação, se o preço dos combustíveis continuar a subir ou a descer lentamente, vai dar azo a uma série de efeitos em cadeia. A par disso, o próprio mercado vai muito provavelmente aumentar os preços de vários produtos, por isso, os benefícios a empresários e à população em geral vão ser nulos, podendo, ainda, vir a surgir outros problemas sociais que podem afectar o bem-estar da população e a recuperação económica.

Para acabar com os fenómenos estranhos de “aumento rápido, redução lenta” e “muitos aumentos e poucas reduções” dos preços de petróleo, o ponto-chave é definir um mecanismo científico de fixação dos preços, criar um ambiente de concorrência justa e reforçar a regulação e fiscalização do mercado. O Governo afirmou que ia estudar a optimização do regime de fiscalização do mercado, por exemplo, tomar como referência o mecanismo de ajustamento directo dos preços aplicado noutras regiões. Assim, exorto o Governo a rever, atempadamente, os resultados da referida fiscalização, e a definir, quanto antes, um mecanismo razoável de ajustamento dos preços. Espero que o Governo acelere os respectivos trabalhos, com vista a reduzir o preço dos produtos e a contribuir para a recuperação económica.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 08.04.2021

Há que aumentar o número de turistas em prol da recuperação do mercado, e a revitalização interna e externa contribui para um ciclo económico desimpedido

Atendendo ao impacto contínuo da epidemia na economia de Macau, o Governo não cessou de melhorar as medidas de garantia do emprego e do impulsionamento da economia, para a população ultrapassar as dificuldades. Mas o impacto da epidemia na economia e na vida da população de Macau continua a agravar-se. Como a economia de mercado se mantém num estado de exportação unidireccional, a par da falta de um ciclo económico benigno, as condições de mercado são desfavoráveis. Actualmente, a taxa de desemprego mantém-se alta. O crescente aumento dos desempregados e do pessoal obrigado a tirar férias não remuneradas só reflecte a deterioração contínua do ambiente de negócios. Como é difícil para as empresas manter as operações básicas, há que reduzir os custos para manter a sobrevivência. Se a economia de Macau não conseguir recuperar mais, mesmo com a adopção de medidas de apoio, estas vão contribuir apenas para salvaguardar, a curto prazo, parte da economia, e, a longo prazo, haverá o encerramento sucessivo de empresas e mais desemprego.

Com a normalização da prevenção e do controlo da pandemia, retomou-se a emissão de vistos individuais para Macau em Setembro passado, e o número de turistas subiu consideravelmente, revitalizando alguns sectores, mas esse número é ainda reduzido, em comparação com os anos anteriores. Mais, a economia de Macau é monolítica e de dimensão pequena, e a população de 700 mil não é capaz de alimentar o mercado que contava com 40 milhões de turistas. Assim, para a retoma da economia, há que depender da recuperação dos mercados do exterior. O turismo é a indústria basilar de Macau e, como é abrangente, pode promover o desenvolvimento de outras indústrias. Por isso, o Governo deve encará-lo como a chave para a retoma económica, reforçando a publicitação de que Macau é um destino seguro. Isto para acelerar a retoma económica, aumentar o número de turistas, e revitalizar o mercado. Mais, além do consumo, o investimento é um factor importante para a retoma. Há que aperfeiçoar o ambiente de negócios, e fazer bom uso das vantagens do sistema jurídico e dos recursos de solos, para captar mais investimentos, dinamizar o mercado e promover a estabilidade e o desenvolvimento da economia de Macau.

Assim, proponho o seguinte:

1. Com a grande promoção da vacinação contra a Covid-19 pelo país, mais de 110 milhões de pessoas foram vacinadas no Interior da China e 50 mil e tal, em Macau. Com a recuperação gradual do turismo, o Governo deve pedir o apoio do Governo Central para criar um mecanismo de interligação com as cidades do Interior da China, no pressuposto de garantir a segurança e levantar rapidamente as restrições de vistos individuais e de excursões; e ponderar em criar um mecanismo de reconhecimento mútuo de vacinação com as cidades do Interior da China, permitindo que os turistas vacinados entrem em Macau com o cartão de vacinação, dispensando o teste de ácido nucleico, para recuperar o turismo e a confiança de Macau. Mais, o Governo deve promover, quanto antes, os

trabalhos de vacinação, maximizando os esforços de todos os sectores e reforçando a divulgação das informações de vacinação, para eliminar as preocupações dos residentes, aumentar a taxa de vacinação, criar uma barreira contra a epidemia e recuperar rapidamente a economia de Macau.

2. Com a desaceleração da economia de Macau, a estabilidade do emprego é um dos assuntos mais importantes. Com a promoção contínua do padrão da “circulação dupla” do País, os mercados internos e externos devem desenvolver-se em simultâneo. Numa situação em que o mercado externo ainda não se recuperou totalmente, o Governo deve lançar medidas de apoio a curto prazo para complementar todo o caminho de desenvolvimento do mercado. Ao mesmo tempo, quando Macau atravessa um período de grandes oportunidades históricas, como o 14.º Plano Quinquenal e a estratégia “Uma Faixa, Uma Rota”, o Governo deve promover a complementaridade das vantagens entre as indústrias internas e externas, tomar a iniciativa de reduzir os impostos e as taxas, melhorar o ambiente de negócios do mercado interno e externo, criar uma boa tendência de desenvolvimento do mercado local, abrir o ambiente de investimento, reanimar tanto o mercado interno como o externo, atrair para Macau mais empresas de qualidade, aumentar a dimensão da economia de Macau e abrir mais espaços de emprego, a fim de manter a prosperidade e a estabilidade do desenvolvimento de Macau.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 08.04.2021

Há que concluir, quanto antes, as infra-estruturas contra catástrofes, a fim de fazer face a eventuais danos resultantes de tufões fortes

Segundo as previsões dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos, neste ano Macau será afectada por cinco a oito tempestades tropicais e terá uma época de tufões mais longa, que vai começar na primeira metade de Junho ou ainda antes. Com a aproximação da época de chuvas e tufões, os lojistas e moradores das zonas baixas, como o Porto Interior, estão extremamente preocupados, pois as chuvas intensas resultam sempre em inundações. Mais, o maior receio deles é a eventualidade de chegar um supertufão que lhes cause maiores prejuízos, portanto, eles desejam que os serviços competentes concluam, quanto antes, as infra-estruturas contra catástrofes, com vista a reduzir os eventuais danos que poderão resultar dos tufões.

Em Abril de 2018, o Governo divulgou 10 acções prioritárias de prevenção e redução de desastres, e definiu 7 projectos. Estão em curso apenas as obras de construção de “box-culverts” da estação elevatória de águas pluviais do norte do Porto Interior e de controlo das inundações nas zonas costeiras do Bairro de Fai Chi Kei e da Ilha Verde, prevendo-se a sua conclusão em meados deste ano, tratando-se de projectos com calendarização definida para a execução das obras. Os dirigentes admitiram que a obra do norte do Porto Interior consegue dar resposta a inundações por chuvas torrenciais e marés astronómicas normais, e que as situações provocadas por “storm surges” durante tufões como o Hato não podem ser resolvidas só com base nestas obras, pois, para atenuar os impactos, é necessário recorrer à barragem de marés e à cooperação entre Zhuhai e Macau. Mas as restantes infra-estruturas contra desastres estão ainda em fase de estudos ou trabalhos preparatórios, como as obras de melhoramento do dique do Porto Exterior e do reservatório de águas pluviais e drenagem do Porto Interior, ainda em fase de projecto, prevendo-se alguma demora para a sua conclusão.

Quanto às obras da comporta de retenção de marés e dos muretes de protecção contra inundações no Porto Interior e de prevenção de inundações no lado oeste de Coloane, estas estão ainda em fase de estudo. O Governo está a realizar o estudo sobre a “modelagem digital para atestar, em tempo real, a barragem de maré”, indicando que é necessário saber primeiro as influências do aumento da altura da barragem sobre o nível da água na Zona B dos Novos Aterros Urbanos, na Zona da Torre de Macau e nas cidades do curso superior do Interior da China, e depois é que se decide a construção. Quanto à construção dos muretes de protecção contra inundações, em Junho do ano passado, o Governo afirmou que era difícil mas talvez necessário construir cerca de 100 metros de mini-estacas para reforçar a estrutura do dique, mas a cravação de estacas envolve a deslocação de tubagens subterrâneas, o que afecta a mobilidade do trânsito, com um prazo de execução estimado em 4 anos e um custo estimado entre 200 a 300 milhões de patacas. No entanto, já se passou mais de meio ano e parece que ainda não foi tomada a decisão final, nem o Governo divulgou o ponto de situação das obras nem se dispunha de propostas alternativas

e, pelo visto, estes dois projectos têm ainda grandes incertezas.

É inegável que a referida obra é muito complexa e necessita de ser analisada cientificamente e avaliada a relação custo-benefício. Mas, depois de vários anos de estudo, ainda não se sabe se é viável ou não, nem se existem outras soluções. Os residentes das zonas baixas, vítimas das inundações, sentem-se impotentes e preocupados, sobretudo na sequência dos estragos provocados pelos tufões Hato e Mangkhut em Macau. Segundo o plano decenal de prevenção e redução de desastres, há em Macau um grande espaço para melhorar as capacidades de prevenção e redução de desastres, de avaliação de riscos, e de monitorização e aviso, questões que necessitam de ser resolvidas com urgência. O Governo deve prestar atenção ao aperfeiçoamento das infra-estruturas de prevenção de catástrofes, com vista a enfrentar eventuais danos causados por fortes tufões e a resolver o velho problema das inundações nas zonas baixas da península de Macau. Ao mesmo tempo, é necessário elaborar com antecedência uma proposta alternativa, para que os problemas não se repitam. Quanto a outras obras já iniciadas ou já autorizadas, os serviços competentes devem acelerar o seu andamento para que sejam concluídas com a maior brevidade possível.

2021-04-08 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

Quando vai começar a ser cumprida a promessa do Senhor Chefe do Executivo de melhorar a gestão dos serviços públicos e elevar o nível geral da governação pública

Antes de ter sido eleito, o Senhor Chefe do Executivo prometeu melhorar a gestão dos serviços públicos e elevar o nível da governança pública (Vide Programa Político ‘Sinergias e Avanço, Mudanças e Inovação’).

As recentes meras junções de serviços públicos e a nomeação de novos dirigentes não significa que tenha melhorado a gestão interna dos serviços públicos ou elevado o nível de governação pública.

Decorridos, mais de um ano da eleição do Senhor Chefe do Executivo, a maioria dos trabalhadores que são subscritores do regime do fundo de pensões querem aposentar após vinte anos de trabalho efectivo, porque muitos deles estão insatisfeitos com a gestão interna dos serviços públicos, não obstante os elevados investimentos feitos na área da formação desde o estabelecimento da RAEM.

Um dos exemplos mais paradigmáticos é a falta de respeito para com as línguas oficiais obrigando trabalhadores de língua materna portuguesa a redigirem propostas e informações em língua chinesa e os de língua chinesa para a língua portuguesa. Este tipo de gestão incompetente reduz a eficiência dos trabalhadores e sobrecarga os colegas que vêm obrigados a dar mútuo apoio. Desde quando a língua portuguesa deixou de ser oficialmente língua de trabalho dentro dos serviços públicos?

Outra questão, quase sempre, objecto de elevada contestação tem a ver com a complexidade burocrática da classificação de serviço que para uns é simplesmente uma mera “performance” mas para trabalhadores

“enteados” estas questões ou desemboca nos tribunais ou então desistem dos seus direitos e passam em estados de depressão psicológica.

A burocracia continua fortemente implementada, e a “Reclamação” e o “Recurso Hierárquico” são expedientes pouco fiáveis, uma autêntica perda de tempo, porque a Administração quase sempre não muda de decisão, mesmo sabendo que foi uma decisão errada prefere endossar os casos para os tribunais, porque não há assumpção de responsabilidades por erros grosseiros.

A política de “papel para frente e papel para trás ” encontra-se fortemente enraizadas e faz parte da tradicional burocracia que para além de atrasar decisões ainda por cima complica a vida dos cidadãos. Muitas vezes os cidadãos enviam missivas queixando de casos injustos às entidades tutelares dos serviços públicos e estes simplesmente ignoram e nem sequer respondem mesmo quando provenientes dos Gabinetes dos Deputados.

Outra questão discriminatória tem a ver com o não pagamento de subsídios de residência e família e o prémio de antiguidade aos trabalhadores abrangidos pelo regime de previdência. Uma gritante discriminação que as entidades competentes insistem em não resolver. Outra injustiça tem a ver com a retroactividade dos índices do pessoal de direcção aposentados em 2007 e que por via legislativa em 2009 conseguiram felizmente ver os seus índices actualizados, deixando contudo de fora todos outros que se aposentaram em 2000 até 2006.

O Governo considera justo e com que fundamentos de facto e de direito e de justiça puderam alguns trabalhadores receber retroactivos salariais e outros não?

Resta-nos a esperança do Senhor Chefe do Executivo mandar cumprir aquilo que prometeu resolvendo definitivamente os problemas que afectam a moral dos trabalhadores da Administração Pública.

Muito obrigado!

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 08.04.2021

Os cidadãos perguntam: que tipo de comportamento é que pode ser patriota?

Recentemente, o princípio de “Hong Kong governado pelos patriotas” tem sido alvo de calorosa discussão na região vizinha, o que merece o total apoio e reconhecimento da nossa equipa! Embora muitos especialistas, académicos e cidadãos tenham as suas próprias opiniões sobre como ser um “patriota”, os cidadãos perguntam: o que se considera como patriota? Os especialistas, académicos e cidadãos consideram que os patriotas são aqueles que, nos seus postos de trabalho da sua vida, cumprem fielmente as funções definidas pela lei, alcançam o melhor desempenho e contribuem para o País, a sociedade e a população. Quanto a este ponto de vista e princípio, a nossa equipa reconhece ainda mais, porque todos podem ver que, durante a luta contra a epidemia, não se verificou situação de “meu e teu”, pois quer o pessoal da linha de frente, quer os cidadãos lutaram em conjunto contra a epidemia, obedecendo às ordens e aos planos, tratando-se de comportamentos que um patriota deve ter!

Aliás, os assuntos relacionados com a vida da população são todos importantes, por exemplo, há anos o IAM esteve disposto a ouvir as opiniões da população e a resolver, o mais rápido possível, as situações caóticas relacionadas com a falta de papel higiénico nas casas de banho; tendo ainda recebido opiniões da população sobre a existência de fissuras nalgumas partes do pavimento da ciclovia de Coloane, sendo fácil haver acidentes ao passar por ela, foi enviado de imediato pessoal para reparar as deficiências. Ou, por exemplo, nos últimos anos, a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT) tem vindo a enviar mensagens de telemóvel aos cidadãos, alertando-os para o prazo de validade da carta de condução ser inferior a 6 meses e que devem proceder à sua renovação; e a taxa de resposta às interpelações escritas dos deputados em tempo oportuno aumentou para 98 por cento! Além disso, devido ao *déficit* orçamental do ano passado, a taxa de execução orçamental do Governo no 4.º trimestre atingiu mais de 90 por cento, o que bateu um novo recorde histórico!

Assim, os cidadãos dizem que a atitude de trabalho “urgente” do Governo e a atitude de acção governativa de facilitar a vida da população não são apenas prova de que o Governo está realmente a servir o público: são um elogio! Mais do que isso: são manifestações dignas de patriotismo!

Claro que, se o Governo conseguir resolver, quanto antes, os problemas habitacionais com que os residentes se deparam ao longo de mais de dez anos, será possível demonstrar o comportamento dos patriotas!

IAOD da Deputada Lam Iok Fong em 08.04.2021

Implementar o Programa TNR e acabar com o círculo vicioso em que o Governo captura os animais e, depois, a população é que os salva

Macau debate-se com o problema dos gatos e cães vadios. Estes animais, depois de capturados pelo IAM, são abatidos, portanto, muitas associações de protecção dos animais e voluntários adoptam-nos ou concedem-lhes asilo a expensas próprias, mas, ao fim de tantos anos, os seus encargos financeiros atingiram um nível insuportável. Recentemente, recebi pedidos de apoio de vários voluntários, que assistiram, várias vezes, às acções de captura de gatos e cães vadios pelo IAM, e ficaram muito tristes por não terem capacidade de os adoptar. Perante este círculo interminável em que o Governo captura os animais e, depois, a população é que os salva, não se consegue acabar com este problema.

O número dos animais vadios abatidos tem diminuído drasticamente desde 2016, de 300 a 400 ou até 700 a 800 por ano, para cerca de 200 por ano registados nos últimos anos, e isto deve-se ao facto de muitas associações os terem salvado e apelado à adopção e, ainda, aos trabalhos efectuados pelo Governo.

Na realidade, muitos problemas podem ser resolvidos através da colaboração entre o Governo e a população. Como os residentes não querem que os animais sejam abatidos e o Governo precisa de garantir a sanidade e a prevenção de epidemias na cidade, algumas associações de protecção dos animais apresentaram, há anos, o Programa de esterilização dos gatos e cães vadios (TNR), propondo ao Governo a atribuição de terrenos para criarem zonas de protecção para asilo dos gatos e cães vadios; o Governo poderia continuar a capturar animais vadios e, depois da esterilização, estes seriam colocados nessas zonas de protecção, e as associações responsáveis pela sua gestão e os cidadãos poderiam tomar conta deles e apelar à sua adopção. Se a gestão for bem efectuada, essas zonas de protecção podem ser um bom sítio para as famílias visitarem e até um ponto turístico, alcançando-se os objectivos de tratar bem os animais e de promoção da importância de ser um dono responsável. O Governo deve ainda tratar com rigor as condutas de abandono ou de libertação ilegais de animais, acabando-se assim com o problema dos animais vadios a partir da fonte.

Com a implementação do Programa TNR, o Governo e a população vão estar do mesmo lado, e a colocação dos animais capturados nas zonas de protecção pode merecer o apoio da população e permitir às associações tomar conta dos animais até a sua velhice, resolvendo-se assim o problema dos animais vadios. Se a situação actual persistir, os recursos das associações de protecção dos animais vão acabar por esgotar-se num dia, pois estas têm, constantemente, de salvar os animais do abate. O Governo não tem necessariamente de ser acusado de fazer algo prejudicial aos gatos e cães vadios, apesar das suas boas intenções, e a situação de capturar os animais e, depois, a população é que tem de os salvar é também prejudicial para todos e enfraquece a causa importante da protecção dos animais. Assim, espero que o Governo ouça as vozes do sector de protecção dos animais e implemente o Programa TNR, que se apresenta como uma solução *win-win* para o Governo e a população.

Mais, antes de implementar o Programa TNR, espero que o Governo dialogue com as associações de protecção dos animais e os voluntários que alimentam os animais vadios e lhes dê instruções, para evitar o mal-entendido de que alimentar os animais vadios equivale ao abandono e que quem os alimente seja acusado.

Os humanos e os animais são produtos da Natureza e, desde que tenhamos políticas detalhadas e prospectivas, os mesmos podem coexistir, por isso, espero que o Governo atribua, quanto antes, terrenos para a criação de zonas de protecção de animais e implemente o Programa TNR.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 08.04.2021

O “Relatório das Linhas de Acção Governativa” destaca a “intensificação da captação de investimentos, (...) empenhando-se em introduzir projectos que correspondam à diversificação adequada da economia”. Mas, de acordo com os dados mais recentes da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), o valor acumulado do investimento directo estrangeiro em Macau, em 2019, foi de cerca de 43,5 mil milhões de dólares americanos (346,6 mil milhões de patacas), e o IPIM prestou apoio, no ano passado, a cerca de 3000 entidades para estabelecerem empresas em Macau. Comparando com as regiões vizinhas, esses números são “insignificantes”, em termos de dimensão, como em termos de valor. Por exemplo, em Shenzhen, em 2019, acumularam-se 67 940 empresas estrangeiras, cujo valor total de investimento atingiu 421,6 mil milhões de dólares americanos. Verifica-se assim que, com o aumento significativo da capacidade económica e da competitividade regional das cidades da Grande Baía Guangdong-HongKong-Macau, é necessário Macau avançar rapidamente com a captação de investimentos.

De facto, o ambiente comercial de Macau tem vantagens para atrair investimentos. A Lei Básica de Macau determina expressamente que Macau mantém o seu estatuto de porto franco e que quase não cobra direitos aduaneiros sobre as mercadorias importadas. A partir de 2004, Macau e o Interior da China começaram a implementar o Acordo CEPA, reforçando a cooperação e o desenvolvimento económico e comercial mútuos. Macau tem mantido, ao longo dos anos, relações económicas e comerciais estreitas com a União Europeia e os Países de Língua Portuguesa, especialmente como ponte de cooperação económica e comercial entre a China e esses países, aproveitando as suas vantagens singulares. Além disso, as “Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas” propuseram o aprofundamento do posicionamento do desenvolvimento de Macau como “Um Centro, Uma Plataforma e Uma Base”, apoiando Macau a consolidar e a elevar as suas vantagens competitivas e a integrar-se melhor no desenvolvimento nacional. Tudo isto constitui uma forte garantia para acelerar a promoção de Macau em matéria de captação de investimentos.

Pelo exposto, sugiro o seguinte:

1. O Governo deve acelerar a elaboração de leis e regulamentos para atrair investimentos e implementar políticas em tempo oportuno, tais como disponibilizar apoios e benefícios fiscais, entre outros, e, se possível, elaborar guias de investimento, e aperfeiçoar e divulgar atempadamente todos os dados oficiais para os investidores poderem conhecer melhor o ambiente do mercado de Macau, de contrário, estes têm de ponderar os potenciais riscos aquando da entrada no mercado, e isso vai criar obstáculos ao investimento. Só com um bom ambiente de negócios é que se pode atrair mais empresas de qualidade a investirem em Macau.

2. No processo de captação de investimentos, Macau deve dar importância ao desenvolvimento da “economia-sede” e reforçar o seu papel de “intermediário”. Macau é o centro de comércio entre os Países de Língua Portuguesa (PLP) e o Interior da China, e dispõe de reservas cambiais suficientes. Sugiro ao Governo que desenvolva as suas

vantagens, aproveitando o posicionamento estratégico de “Um Centro, Uma Plataforma e Uma Base”, e se empenhe em atrair empresas interessadas na exploração dos mercados dos PLP para estabelecerem firmas em Macau, ajudando as empresas a criarem uma plataforma de ligação com esses mercados, promovendo as oportunidades de cooperação e concretizando a “atração de investimento estrangeiro e expansão de negócios no exterior”.

3. Impulsionar as grandes empresas a instalarem-se em Macau, o que vai favorecer a captação de mais talentos e de alta qualidade para o desenvolvimento de Macau, e com isso aproveitar a introdução de todo o tipo de tecnologias inovadoras e conhecimentos profissionais. Acredito que isso vai desempenhar um papel positivo na formação de talentos locais. Assim, o Governo deve acelerar a definição das políticas de importação de talentos e implementar as respectivas leis e regulamentos, e, ao mesmo tempo, atrair o regresso e o desenvolvimento dos talentos locais. Só com a “importação”, “formação” e “regresso”, é que se pode fornecer uma garantia sólida para a reserva de talentos necessários à promoção do desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 08.04.2021

Desde o início do surto do novo coronavírus, para além de este ter afectado o desenvolvimento socioeconómico em geral, também constitui uma ameaça para a saúde física e mental das pessoas. Uma instituição educativa realizou uma investigação sobre o estado de saúde mental dos cidadãos de Macau nas fases posteriores da pandemia. O resultado revela que 70% dos inquiridos consideram que a pandemia tem grave impacto na sua vida, o que mostra que o estado de saúde mental da população causado pela COVID-19 é comum à população de Macau.

De facto, na era pós-pandemia, o desenvolvimento económico ainda não se recuperou, e os problemas psicológicos, como a ansiedade e a depressão, têm vindo a surgir. O Governo deve acelerar os estudos para melhorar o estado de saúde mental dos cidadãos. A “Acção - China Saudável (2019-2030)” inclui a “Promoção da saúde mental” como uma das acções principais, indicando claramente que é necessário conhecer, identificar e lidar, de forma correcta, com os problemas comuns de distúrbios mentais e comportamentos psicológicos. Sob a normalização das acções de prevenção da pandemia, proponho o aumento da intervenção nos principais grupos de pessoas que sofrem de depressão, tais como os jovens, grávidas, idosos e os que trabalham em profissões de alto *stress*. O Governo deve ainda incluir no conteúdo do exame médico de saúde dos estudantes, as despistagens de transtorno depressivo nas escolas do ensino secundário complementar e nas instituições do ensino superior.

Por isso, deve-se também criar em Macau uma linha telefónica específica para prestar assistência psicológica a estudantes e a trabalhadores das empresas do jogo, bem como definir uma solução, segundo a natureza e as funções de trabalho, destinada a aliviar a pressão de trabalho dos grupos de pessoal de alto risco, nomeadamente médicos, enfermeiros, e agentes da alfândega e da polícia.

Conclui o relatório de estudos sobre a emoção e a capacidade de recuperação psicológica dos estudantes do secundário de Macau, divulgado há dias por uma organização, que, em termos emotivos, apresentava a maioria deles ansiedade, uns com mais gravidade e outros menos, e depressão. Segundo os dados recolhidos no inquérito, a taxa dos alunos do ensino secundário complementar com ansiedade, depressão e stress é, de um modo geral, superior à dos alunos do ensino secundário elementar, sendo, portanto, muito importante em como reforçar a cooperação com as escolas para uma mais rápida identificação e acompanhamento dos alunos com esses sintomas. Foi assim que o Governo criou, no início do corrente ano, um grupo de trabalho para o acompanhamento da saúde física e mental dos jovens, para melhor maximizar o mecanismo de apoio e promover as respectivas acções, em prol da saúde dos estudantes.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 08.04.2021

Os serviços de autocarros

Decorreram mais de três meses desde a entrada em vigor dos novos contratos de serviços de autocarros que o Governo celebrou com a Transmac e a TCM. Há dias, uma associação publicou os resultados do “Inquérito sobre o grau de satisfação com os serviços de autocarros em 2021”, segundo os quais, os entrevistados concordam com o conteúdo principal destes contratos e têm opiniões positivas. Quanto às suas expectativas, a maioria quer aumentar a frequência e, a seguir, resolver as dificuldades em apanhar transportes nas horas de ponta, aumentar as carreiras rápidas, reordenar as carreiras e melhorar o ambiente interior de autocarros. Pelo que se vê, os serviços de autocarros ainda não atingiram as expectativas da população. Mas, como o novo contrato só entrou em vigor há pouco, o Governo ainda precisa de tempo para o concretizar e, segundo a situação populacional e o ambiente rodoviário, continuar a otimizar os serviços de autocarros.

Com o impacto da Covid-19, o turismo local ainda não está completamente recuperado e o número de turistas também caiu, mas, nas horas de ponta, há ainda dificuldades para entrar nos autocarros e os mesmos estão cheios de passageiros, ao que o Governo deve dar atenção. Nos novos contratos, a qualidade dos serviços de autocarros está indexada à assistência financeira, e foi introduzido o indicador de “número médio de passageiros por frequência nas horas de ponta”, assim, se os serviços prestados pelas duas companhias nesses períodos não satisfazem tal indicador e se isto resulta em enchentes de passageiros nos autocarros, a assistência financeira deve ser descontada. Assim, sugiro ao Governo que aplique rigorosamente as medidas, aperfeiçoe constantemente os serviços de autocarros, faça bem a respectiva fiscalização e exorte as duas companhias a adoptar medidas flexíveis, como o aumento da frequência e carreiras especiais, para encurtar o tempo de espera durante as horas de ponta, aliviando as dificuldades para conseguir entrar nos autocarros. Após a entrada em vigor do novo contrato, as operadoras passaram a utilizar autocarros de médio ou grande porte para algumas carreiras que eram exploradas com autocarros de pequeno ou médio porte. Esta medida aumentou a frequência das carreiras de autocarros e a flexibilidade do respectivo controlo, melhorando a fluidez do trânsito e libertando mais espaços rodoviários, mas em muitas zonas de Macau as vias são estreitas, por isso temos ainda de continuar a observar a situação da circulação dos respectivos autocarros. Espera-se que o Governo continue a rever a eficácia da implementação da medida. Mais, aquando do tratamento da repartição e reestruturação das carreiras de autocarros e da mudança e cancelamento das paragens de autocarros, o Governo deve ser mais prudente, ouvindo plenamente as opiniões e sugestões dos moradores e interessados da zona envolvida, a fim de assegurar que o ajustamento das carreiras corresponda aos interesses e necessidades dos cidadãos.

Os serviços de autocarros têm uma relação próxima com as deslocações da população, e a avaliação desses serviços tem uma relação inseparável com a fiscalização da qualidade dos mesmos serviços. Assim, o Governo deve divulgar, oportuna e detalhadamente, os

(Tradução)

critérios de pontuação dessa avaliação, a fim de dar a conhecer ao público os referidos critérios, clarificar os referidos padrões, reforçar a divulgação da parte da avaliação que diga respeito aos passageiros e incentivar os cidadãos a participarem mais na avaliação dos serviços, para, com base nisso, aperfeiçoar, com a força proveniente das zonas comunitárias na fiscalização, o regime de exploração dos serviços de autocarros.

Por fim, com a construção acelerada das linhas de Hengqin e de Seac Pai Van, e a ligação entre a Linha da Taipa à Estação da Barra, e com a conclusão da consulta pública sobre a Linha Leste, a qual está em fase de melhoramento do planeamento, espero que o Governo planeie bem a ligação entre as linhas do metro ligeiro e os serviços de autocarros, quanto à transferência de passageiros e aos respectivos serviços complementares, e elabore, quanto antes, um projecto para resolver a questão da impossibilidade de interligação entre os sistemas de pagamento dos dois serviços, preparando-se, a par e passo, para a conclusão dos trabalhos de construção do Metro Ligeiro o mais cedo possível.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 08.04.2021

Melhoria contínua da qualidade dos serviços das creches para aliviar a pressão das famílias em que ambos os pais trabalham fora de casa

Em finais de Março, concluíram-se as inscrições para 41 creches subsidiadas, tendo algumas delas já iniciado o processo de sorteio e admissão. Segundo os dados das autoridades, este ano, cerca de 6000 crianças com idade igual ou superior a dois anos precisam de vagas em creches. Assim, com as 10 mil vagas disponíveis, acredita-se que é possível satisfazer as necessidades dessas crianças. O que merece mais reconhecimento é que o Governo aceitou as minhas sugestões e as dos diversos sectores da sociedade, e alterou o modelo de meio dia para dia inteiro, o que contribui para aliviar a pressão das famílias em que ambos os pais trabalham fora de casa.

Desde 2014, a taxa de natalidade em Macau registou uma tendência de descida durante vários anos. A procura para as vagas de creches não é tão elevada como antes, mas há ainda uma certa procura de vagas para crianças com menos de dois anos. As autoridades afirmaram que convinha ser os pais a tomarem conta das crianças com menos de dois anos, mas a entrada e saída dos trabalhadores domésticos estrangeiros ficaram restringidas pelas políticas desde a epidemia, e muitas famílias não conseguem contratar empregadas domésticas estrangeiras para aliviar os respectivos trabalhos. Mais, os pais nem sempre conseguem encontrar um equilíbrio entre o trabalho e a família, suportando uma pressão pesada para cuidar desta. Ainda, há uma distribuição desequilibrada das vagas de creches por zonas, pois, segundo alguns pais, nalgumas, como no Fai Chi Kei, a procura dessas vagas é ainda muito elevada, sendo que duas creches daquela zona receberam mais de 3200 candidatos para 90 vagas apenas. Assim, sugiro que as autoridades tomem como referência a situação relativa à apresentação de candidaturas deste ano, para estudar a transferência das vagas de creches para as crianças com menos de dois anos, com vista ao bom aproveitamento dos recursos; e que ponderem aumentar creches nas zonas com menos vagas, como o Fai Chi Kei, ou aditar mais serviços de guarda nos bairros comunitários, a fim de proporcionar mais apoios aos pais para cuidar das crianças.

Recentemente, o Instituto de Acção Social (IAS) incentivou os trabalhadores das creches a obterem a respectiva credenciação, prevendo-se a aplicação dessa medida, a título experimental, no corrente ano. A meu ver, isto pode contribuir para elevar a qualidade dos serviços das creches de Macau. Actualmente, o Centro de Formação da Associação Geral das Mulheres de Macau, por exemplo, coopera com as respectivas entidades do Interior da China na organização de cursos para cuidadores de recém-nascidos e na participação em exames nacionais de qualificação profissional, cujos resultados são reconhecidos pela sociedade e pelos encarregados de educação. Assim, sugere-se às autoridades que incentivem continuamente a participação nesses cursos de mais trabalhadores das creches, para obterem a respectiva qualificação e poderem ter a certificação necessária ao exercício das suas funções. Essa medida contribui para que os serviços prestados pelas creches de Macau sejam mais sofisticados, qualificados e adequados às necessidades, além de elevar a qualidade da educação infantil em Macau para que os pais se sintam tranquilos, e tem efeitos positivos no incentivo à natalidade e no aumento da taxa de natalidade.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 08.04.2021

Apoio à substituição de instalações eléctricas nos edifícios antigos

Nos últimos anos, registaram-se, em muitos edifícios, falhas nas instalações eléctricas públicas e incêndios devido à falta de inspecção periódica, o que põe em risco a segurança da vida e dos bens da população.

Há em Macau mais de 4000 edifícios com mais de 30 anos de existência, alguns dos quais com instalações eléctricas públicas envelhecidas, sobrecarregadas até ao limite e que não satisfazem as exigências técnicas vigentes. Normalmente, se as instalações eléctricas estiverem a ser utilizadas há mais de 30 anos, o risco de avarias será maior e, mais, com o aumento do consumo de energia eléctrica, a respectiva carga também aumenta, o que reduz ainda mais a vida útil destas instalações, pelo que é necessário proceder, periodicamente, à sua inspecção, reparação e manutenção.

Em 2020, a CEM lançou o “Programa de subsídio para melhoria da segurança de instalações eléctricas em áreas comuns de edifícios antigos baixos”, com o objectivo de promover a melhoria das instalações eléctricas dos edifícios antigos e garantir a segurança do consumo de energia eléctrica. Muitos moradores dos edifícios antigos manifestaram o seu acordo e esperavam que os trabalhos de substituição e manutenção dos seus edifícios pudessem ser concretizados rapidamente. Mas muitos desses edifícios antigos são dos “três não”, isto é, não têm assembleia geral de condóminos, nem administração nem empresa de administração, assim, é difícil a CEM proceder, de forma rápida e fácil, à actualização e manutenção das suas instalações eléctricas.

Nos termos da lei, as instalações eléctricas comuns de edifícios são da propriedade comum dos proprietários, e a inspecção e manutenção das instalações eléctricas só podem ser efectuadas com o consentimento de uma determinada percentagem dos proprietários. Mas a maior parte dos edifícios com muitos anos de construção não tem assembleia de condóminos constituída, e a CEM encontra-se com dificuldades para contactar e convocar os proprietários, por isso é difícil avançar com os trabalhos diários de manutenção dos edifícios e com a referida actualização das instalações eléctricas.

Os residentes que moram em edifícios antigos manifestaram a sua concordância com o “Programa de Subsídio para Melhoria da Segurança de Instalações Eléctricas em Áreas Comuns de Edifícios Antigos Baixos”, esperando que as instalações eléctricas antigas possam ser substituídas o mais rápido possível. Mas, devido à referida razão, a CEM não os pode ajudar a aderirem ao plano, por isso estes moradores temem que as instalações eléctricas públicas com falta de manutenção possam vir a constituir um grave risco para a segurança.

A Sociedade de Abastecimento de Águas de Macau (SAAM) também lançou um plano semelhante de apoio financeiro à reparação das instalações de abastecimento de água nos

edifícios baixos, segundo o qual, em caso de necessidade e de elevada gravidade, pode proceder-se à reparação e ao *upgrade* obrigatórios de acordo com o anexo do contrato dos utentes, garantindo assim a necessidade destes. Segundo algumas opiniões, tal prática pode servir de referência para o Governo.

Tendo em conta a segurança da vida e dos bens da população, muitos residentes esperam que o Governo, tomando como referência a reparação obrigatória implementada pela SAAM, exija aos proprietários dos edifícios a realização de inspecções periódicas às instalações eléctricas públicas e o *upgrade* dos equipamentos velhos e que não satisfazem as exigências. A curto prazo, o Governo deve adoptar medidas para ajudar a CEM a contactar os proprietários dos edifícios antigos, para substituir e aperfeiçoar atempadamente as instalações eléctricas velhas, com vista a garantir a segurança dos residentes.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 08.04.2021

Aperfeiçoamento gradual da rede rodoviária de Macau

Foi escolhida a proposta holandesa para a construção da nova Biblioteca Central. O conjunto de construções históricas centrado na Praça do Tap Seac, mais a nova Biblioteca Central, constituirá um novo marco cultural para Macau. Esta Biblioteca integra a cultura, a informação, o lazer e a paisagem, proporcionando aos residentes um espaço de lazer confortável e de aprendizagem. Pode ponderar-se em aproveitar a oportunidade da construção desta Biblioteca para melhorar a situação do congestionamento de trânsito nas zonas circundantes, especialmente para melhorar a coordenação funcional entre a Praça do Tap Seac e as construções históricas, e criar uma nova zona de turismo cultural.

No planeamento da nova Biblioteca Central, há que ter em consideração a conveniência da futura utilização dos residentes e turistas, explorar e aproveitar racionalmente os espaços subterrâneos, melhorar o trânsito nessa zona e, ao mesmo tempo, elevar a integridade da referida Praça e das construções históricas circundantes.

Assim sendo, proponho o seguinte:

(1) Desenvolvimento dos espaços subterrâneos:

Ampliar a Praça do Tap Seac e ligar esta à nova Biblioteca Central, com vista à integração destes dois *ex-libris* da cidade. Ou seja, há que criar um túnel na Avenida de Sidónio Pais para estabelecer uma ligação ao Jardim de Vasco de Gama. O túnel do Tap Seac tem um comprimento de 200 metros, e a distância entre o Parque de Vasco de Gama e o Departamento de Trânsito é de cerca de 580 metros. Como os edifícios que se encontram ao longo deste percurso são todos públicos, as autoridades podem aproveitar os parques de estacionamento subterrâneos nas proximidades, criando o túnel através da técnica de escavação por tuneladora de escudo, com vista à ligação entre esses parques e à criação de novas vias. Esta técnica tem uma aplicação bastante amadurecida e é a principal adoptada no Interior da China, Taiwan e Hong Kong para a escavação de túneis subterrâneos. Esta técnica pode reduzir o impacto das obras no pavimento e assume-se como uma cirurgia minimamente invasiva na área da construção civil. As obras podem ser desenvolvidas consoante os resultados de perfuração, solo, substrato rochoso, etc., assim como de forma faseada. Por outro lado, o túnel da Avenida de Sidónio Pais poderá ter dois sentidos de circulação e acredita-se que poderá reduzir metade do actual fluxo de veículos na Avenida do Conselheiro Ferreira de Almeida. Após a construção do túnel, os passeios poderão ser alargados adequadamente, ligando a Igreja de São Lázaro, a Praça do Tap Seac, a Avenida do Conselheiro Ferreira de Almeida e a Casa Memorial do Dr. Sun Yat Sen, para que se torne um novo ponto de interesse turístico. Ao mesmo tempo, através da execução da obra subterrânea, será ampliado o efeito de interligação do auto-silo subterrâneo para os autocarros de turismo, favorecendo o aproveitamento dos terrenos, pelo que se acredita que poderá resolver o problema de trânsito na zona da Conselheiro

Ferreira de Almeida. Quanto ao actual auto-silo subterrâneo para autocarros de turismo localizado no túnel subterrâneo da Praça de Tap Seac, a obra do túnel subterrâneo de Sidónio Pais também poderá servir para alargar o actual espaço do túnel subterrâneo da Praça de Tap Seac, para os autocarros de turismo poderem circular em sentido inverso. Os dois parques de estacionamento subterrâneos podem ser executados em conjunto para acelerar a construção do túnel.

(2) Aproveitar as vantagens geográficas para a construção de um centro modal de transportes com função de estacionamento:

Criar um centro modal de transportes em frente à Casa Memorial do Dr. Sun Yat-Sen, com parque de estacionamento, e paragens de táxis e de autocarros públicos, para atrair mais pessoas a saírem neste local e a caminharem até aos bairros antigos, permitindo uma ligação sem fissuras para os cidadãos e turistas, em prol do aumento do fluxo de pessoas naquela zona. Por fim, para o desenvolvimento sustentável e saudável de Macau, é necessário planear e ajustar profundamente o planeamento do trânsito, a fim de construir uma cidade diversificada, com condições ideais de vida, de turismo e de lazer.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 08.04.2021

Garantir efectivamente a liberdade de imprensa no serviço público de radiodifusão

No passado dia 10 de Março, a TDM – Teledifusão de Macau, empresa responsável pela prestação do serviço público de radiodifusão, de capital 100% detido pelo Governo da RAEM, transmitiu, repentinamente, à Direcção de Informação e Programas Portugueses, nove directrizes, pondo em causa a liberdade de imprensa, o que originou a demissão de profissionais por descontentamento, e críticas de associações internacionais de jornalistas e do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

No dia 23 de Março, o Chefe do Executivo disse aos media que não tinha dado essas directrizes.

É de sublinhar que o Governo tem o dever de garantir a liberdade de imprensa no serviço público de radiodifusão, para salvaguardar os direitos e liberdades fundamentais dos residentes, e evitar que a imagem da RAEM e do País na comunidade internacional seja afectada. Assim, o Governo deve exigir à TDM a revisão imediata dessas directrizes controversas, e que tente, com boa vontade, restabelecer a relação laboral com os trabalhadores que se demitiram em defesa da liberdade de imprensa.

IAOD do Deputado Sou Ka Hou em 08.04.2021

A liberdade de imprensa irá perpetuar para sempre! Jornalistas de Macau, continuem a esforçar-se!

Nos últimos meses, a TDM, uma empresa 100% financiada com o erário público, voltou a suscitar conflitos de repressão da liberdade de imprensa. Segundo consta, a sua Comissão Executiva, nomeada pelo Chefe do Executivo, terá estabelecido novas exigências editoriais ao Departamento de Informação do canal de língua portuguesa, proibindo os jornalistas de divulgarem informações e pontos de vista contraditórios com a política do Governo, sob pena de os transgressores poderem ser despedidos com justa causa. Não restam dúvidas de que este acto interfere brutalmente com os média na divulgação da verdade e na fiscalização da acção governativa, transformando os profissionais da comunicação social em instrumentos de propaganda por parte dos poderosos.

A intervenção dos altos dirigentes da TDM na sala de redacção já não é novidade. Há, pelo menos, 10 anos, a resistência da secção de notícias em língua chinesa começou a falir, exactamente durante o período de consulta sobre a reforma política, e alguns jornalistas da linha da frente revelaram que os altos dirigentes tinham exercido uma forte censura nas notícias, exigindo que fossem eliminadas, em grande escala, as opiniões contra as propostas do Governo. Assim, no “1.º de Maio” de 2012, muitos jornalistas saíram à rua para defender a liberdade de imprensa, o que levou o público a gritar palavras de ordem no exterior da TDM como “Canal Chinês da TDM oculta dia e noite! ”. Nove anos depois, no dia 4 de Abril, o mesmo *slogan* ressoou nas ruas.

Nos últimos dez anos, a liberdade de imprensa e o espaço editorial da RAEM têm vindo a ser reduzidos, e pode-se dizer que a TDM é uma das referências dessa tendência, nomeadamente o seu departamento de informação em língua chinesa, onde os altos responsáveis da redacção se mostram muito tendenciosos, difundindo quase unanimemente comentários oficiais e pró-governamentais. Raramente divulga opiniões divergentes da sociedade, toma a iniciativa de supervisionar a acção governativa, investiga e explora profundamente os problemas sociais, e não só não cumpre a função de quarta autoridade da comunicação social, como também “congela” e oprime os jornalistas que mantêm o seu profissionalismo. Sob a intervenção dos superiores hierárquicos, vê-se pendurado na sala do departamento de informação em língua chinesa um letreiro a dizer “reportagem objectiva e imparcial e sem excesso”, o que é realmente ridículo!

Estes titulares de cargos superiores da TDM auferem mensalmente salários elevados, provenientes da “conta das gentes de Macau”, aliás, só em 2018, a TDM conseguiu um subsídio superior a 300 milhões, proveniente do erário público, e acabou por registar um lucro inferior a 6 milhões. Ou seja, sem as gentes de Macau, a TDM teria um prejuízo anual de centenas de milhões. Contudo, sem um estatuto legal de organismo de difusão pública nem um mecanismo de responsabilização e fiscalização pública, ao longo dos anos eles recebem o “dinheiro das gentes de Macau” e só noticiam factos positivos sem revelar os negativos, e reprimem as diferentes e diversificadas vozes.

É também lamentável o facto de vários órgãos de imprensa terem dificuldade em se tornarem independentes dos interesses do Governo e, por isso, sob as instruções dos titulares de cargos superiores, só actuam seguindo a “melodia principal” do Governo. Sucessivos Invernos severos têm atingido a imprensa, quer em língua chinesa quer portuguesa ou até inglesa. Os poderosos e os aristocratas vêem a verdadeira liberdade de imprensa como um bicho-de-sete-cabeças, interferindo e censurando significativamente o conteúdo das reportagens, o que levou ao desaparecimento das vozes relativamente diversificadas nas ondas radiofónicas que deviam pertencer à população de Macau.

Mas estamos cientes de que em Macau existem ainda vários jornalistas profissionais e conscientes que não querem passar a ser os “porta-vozes” do Governo, esforçando-se por criar uma sociedade diversificada e com liberdade, e contribuindo para o aperfeiçoamento da governação, em prol da população. É de reiterar que a imprensa devia assumir-se como uma “brilhante lâmpada” para a sociedade, noticiando a verdade, revelando falhas, fiscalizando o poder público, defendendo os direitos humanos e a liberdade, e salvaguardando o interesse público.

A importância da liberdade de imprensa não se limita apenas a ser para o público e o governo receberem informações públicas completas e verdadeiras. Do ponto de vista da comunicação pública, a liberdade de imprensa também pode evitar que o público caia numa “espiral de silêncio” quando a chamada comunicação social dominante é vista como a maioria das vozes da sociedade. Outras vozes reais não terão outra escolha senão permanecer em silêncio para evitar serem isoladas pela chamada “sociedade dominante”, e o resultado é a transformação numa sociedade terrorista em que “só uma pessoa manda”.

Apelo, mais uma vez, aos dirigentes da TDM para que deixem de ter um comportamento inútil e de ignorância, e para que dêem uma explicação clara ao público sobre a forma como os requisitos editoriais existentes foram completamente cumpridos segundo o princípio da liberdade de imprensa, e para que assumam a promessa de que a TDM e os seus profissionais da comunicação social não sejam aproveitados como instrumento de divulgação do Governo. O Governo deve deixar de fugir às suas responsabilidades e rectificar os requisitos internos da TDM que violem a lei, fiscalizando a Comissão Executiva nomeada pelo Chefe do Executivo para tomar medidas práticas para salvaguardar e promover activamente a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e a liberdade de edição, tal como estipulado na Lei Básica e na Lei de Imprensa, de modo a assegurar que Macau, desde o passado, no presente e no futuro, seja uma sociedade tolerante com a pluralidade de vozes e de culturas!

IAOD do Deputado Au Kam San em 08.04.2021

Destemidos perante a difamação e a calúnia, corajosos na luta pela democracia

Há quem diga que, com o “aperfeiçoamento” do regime eleitoral do Chefe do Executivo e dos Deputados ao *Legco* de Hong Kong, efectuado pelo Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, Macau passou a ser, num salto, o local mais democrático da República Popular da China, pois temos 14 assentos na Assembleia Legislativa preenchidos por Deputados eleitos por via directa. Trata-se duma retórica repleta de humor negro. Como residentes de Macau, ao querermos uma Macau democrática e progressista, o que pretendemos é progresso efectivo, em vez duma vantagem relativa do nosso sistema político pouco democrático, só porque os outros foram privados dos direitos democráticos.

O Governo Central deitou as mãos ao regime eleitoral de Hong Kong e “aperfeiçoou-o”, com o pretexto de garantir que “Hong Kong seja governado por patriotas”, corrigindo a política definida por Deng Xiaoping, isto é, “Hong Kong governado maioritariamente por patriotas”. O mais importante é que, ao destruir a democracia de Hong Kong, também está a destruir a esperança das pessoas de Hong Kong na procura do sufrágio universal.

A Lei Básica de Hong Kong define, preto no branco, que o objectivo último é eleger o Chefe do Executivo e os membros do *Legco* por sufrágio universal. Trata-se duma promessa feita pelo Governo Central às pessoas de Hong Kong, através da Lei Básica, que tem natureza constitucional. Para tornar a promessa em realidade, nos últimos 20 anos, as pessoas de Hong Kong não pararam de se esforçar, mas acabaram por ver destruído o sistema democrático.

Contudo, o sistema destrói-se, mas a convicção democrática não. Agora, a luta pela democracia e pelo sufrágio universal foi denegrada e caluniada, e qualquer voz ou reivindicação para esses objectivos são caluniadas como movimento independentista, separatista, e prejudicial à segurança nacional, que deve ser expurgado. Porém, vejamos:

Em Outubro de 2006, na audiência com a *Brookings Institution*, um *think-tank* norte-americano, quando foi questionado sobre o significado da palavra “democracia” empregado pelos dirigentes chineses, o então Primeiro-Ministro chinês, Wen Jiabao, afirmou que “quando discutimos a democracia, referimo-nos a três elementos essenciais: as eleições, a independência da justiça, e a fiscalização baseada no contrabalançar dos poderes”.

Em Setembro de 2008, em Nova Iorque, em conversa com responsáveis de seis órgãos de comunicação social em língua chinesa, incluindo o Diário Sing Tao, Wen Jiabao, ao abordar a democracia, referiu que “a China tem de reforçar a democratização e reformar o sistema político, para resolver de raiz a corrupção”. Quanto à forma de democratizar, Wen Jiabao referiu três aspectos: primeiro, aperfeiçoamento gradual dos direitos democráticos, garantia e alargamento do âmbito do direito eleitoral; segundo, a justiça judicial, isto é, todos são iguais perante a lei; e terceiro, fiscalização democrática, que abrange a

fiscalização pela população, pela Assembleia Popular Nacional, pelos partidos democráticos e pelos órgãos de comunicação social.

Wen Jiabao é um dos dirigentes chineses que referem mais a democracia, e a sua abordagem na qualidade de Primeiro-Ministro espelha de certo modo a política nacional. Nos dois discursos sobre a democracia, Wen Jiabao colocou em primeiro lugar as eleições democráticas, ou seja, o direito eleitoral do povo, o que demonstra que as mesmas não são um monstro e não constituem uma ameaça à segurança nacional. Hoje, no Interior da China, ainda não estão reunidas as condições, e o sufrágio universal está longe de ser alcançado, mas, nas regiões administrativas especiais de Hong Kong e Macau, sob o Princípio “Um País, Dois Sistemas”, como já há a experiência prática de eleição democrática, o sufrágio universal deve ser algo natural, e não deve ser encarado como movimento separatista ou ameaça à segurança nacional. Pelo contrário, espelha justamente a Política “Um País, Dois Sistemas” e o Princípio de “Hong Kong e Macau governadas pelas suas gentes”.

Neste sentido, a plena destruição da democracia de Hong Kong sob o pretexto de “aperfeiçoamento” é estragar totalmente a Política “Um País, Dois Sistemas”. Lamento profundamente esta política errada. Aparentemente, esse acontecimento na região vizinha não tem nada a ver com Macau, mas uma vez que só há duas regiões administrativas especiais na República Popular da China, e são próximas geograficamente, perante o fracasso da Política “Um País, Dois Sistemas” em Hong Kong, o caminho da democratização em Macau será mais acidentado.

Bem diz o verso “o céu nem sempre está nublado; passado o frio invernal, hão-de abrir-se os botões primaveris”. Havemos de ser firmes na convicção democrática, e continuar a ter coragem na luta pela democracia. É de referir seriamente que a luta pela democracia não é um movimento separatista, nem independentista de Macau e Hong Kong! A procura da eleição democrática não é uma ameaça à segurança nacional! Pelo contrário, está em plena conformidade com a Política Nacional “Um País, Dois Sistemas”, e espelha justamente o princípio de “Hong Kong e Macau governadas pelas suas gentes” sob essa política. Através da prática desta política durante vinte anos, as pessoas de Macau devem estar ainda mais convictas de que só a eleição do Chefe do Executivo e dos membros da Assembleia Legislativa por sufrágio universal é que consegue garantir que a actuação do Governo vá ao encontro das necessidades da sociedade e das expectativas da população. Por isso, corajosos por ter razão, havemos de lutar pela democracia!